

ESTUDO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE O TRABALHO INFANTIL

Licenciatura em Psicologia
2004

Sofia Andrade
Psicóloga Clínica e de Aconselhamento
Formadora certificada pelo IIEFP

E-mail de contato:
andradesofia958@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho surge no âmbito da licenciatura em psicologia e consiste num estudo exploratório sobre o trabalho infantil, referindo-se a crianças e/ou adolescentes que se inseriram precocemente no mercado de trabalho. O inquérito por questionário consiste na seleção aleatória de indivíduos, geralmente representativos de uma população, e dizem respeito à situação social, pessoal ou profissional do indivíduo, às suas opiniões e/ou atitudes face a um determinado assunto. Este inquérito por questionário de perspetiva psicológica, distingue-se da sondagem de opinião, pelo fato de visar a verificação de hipóteses teóricas e a análise das correlações que essas hipóteses sugerem. O questionário aplicado tem como principais características uma maior elaboração e consistência, quando comparados às sondagens. Visto haver um grande número de entrevistados e ser necessário o tratamento quantitativo das informações recolhidas, as respostas são previamente codificadas, de forma a que os sujeitos que fazem parte da amostra, escolham obrigatoriamente as respostas entre as que lhes são formalmente propostas.

Palavras-chave: exploração do trabalho infantil, abandono escolar, crianças/adolescentes.

Copyright © 2017.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution International License 4.0.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema o trabalho infantil, no contexto da licenciatura em psicologia, e refere-se a crianças e/ou adolescentes que se inseriram precocemente no mercado de trabalho.

A criança, “pessoa em formação”, tem o direito de beneficiar de todas as condições que lhe permitam desenvolver integralmente as suas capacidades, a nível físico, psíquico, espiritual, moral e social, de modo a garantir a sua dignidade e condição humana.

A sociedade e o Estado devem criar todas as condições socioeconómicas, culturais e ambientais que assegurem à criança e à sua família, o usufruto do desenvolvimento dos recursos e do progresso social da comunidade em que se inserem, assim como promover o seu bem-estar e a sua qualidade de vida.

A evolução social que se tem vindo a verificar, sobretudo nas duas últimas décadas, ao alterar a organização do trabalho e os hábitos de vida urbanos, afetou profundamente a sociedade, lançando para esta as competências e as responsabilidades educativas que tradicionalmente cabiam à família.

A brincadeira é fator essencial no desenvolvimento psicossocial da criança, todavia, há muitos adultos que não se recordam da sua infância, pois não usufruíram dela. O pior é que há crianças e não são poucas nos dias de hoje, que têm a sua infância usurpada pelo trabalho.

No contexto da disciplina de práticas laboratoriais, foi-nos proposto a elaboração de um trabalho com vista a medir opiniões/attitudes face ao Trabalho Infantil, considerando este tema bastante atual e pertinente.

A respeito disto, a Convenção sobre os Direitos da Criança refere que: “A criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo”. Esta definição coincide com o conceito de menor que consta do Código Civil Português: “é menor quem não tiver ainda completado 18 anos de idade”.

Para o registo das opiniões/attitudes, foi elaborado um questionário com itens de resposta fechada, assim como alguns itens de caracterização sociodemográfica.

O inquérito por questionário consiste em colocar a um conjunto de indivíduos, geralmente representativos de uma população, uma série de perguntas que dizem respeito à sua situação social, pessoal ou profissional, às suas opiniões ou attitudes face a um determinado assunto.

O inquérito por questionário de perspetiva psicológica, distingue-se da sondagem de opinião, pelo fato de visar a verificação de hipóteses teóricas e a análise das correlações que essas hipóteses sugerem.

Estes questionários têm como principais características uma maior elaboração e consistência, quando comparados às sondagens. Visto haver um grande número de entrevistados e ser necessário o tratamento quantitativo das informações recolhidas, as respostas são previamente codificadas, de forma a que os sujeitos que fazem parte da amostra, escolham obrigatoriamente as respostas entre as que lhes são formalmente propostas.

A estrutura do trabalho apresenta-se da seguinte forma: Resumo; Introdução; Atitudes; Objeto Atitudinal; Objetivos do trabalho; Hipóteses; Variáveis; Metodologias; Sujeitos; Instrumento; Procedimento; Resultados; Estudo Psicométrico da escala de atitudes; Estudos Diferenciais e Interpretação dos resultados e Conclusões.

1. ATITUDES

A psicologia como ciência é um estudo do comportamento humano que continua a constituir um tema central de muitas investigações.

Desde um vasto quadro teórico como por exemplo, (teorias behaviorista, cognitivista) e metodológico (testes psicométricos, entrevistas, questionários), têm sido desenvolvidos, contribuindo para uma valorização do estatuto científico dos conhecimentos nesta área.

Hoje em dia encontramos novas formas de pensar e compreender a diversidade do comportamento humano.

- **Conceito de atitude tendo em conta a sua utilidade e a sua delimitação:**

O conceito de atitude tem duas vertentes, por um lado, trata-se de um conceito utilizado na linguagem quotidiana, por outro lado, é definido conceptualmente em Psicologia, através do qual se representam, delimitam e se operacionalizam determinadas características da pessoa.

O conceito começou por ser definido e aplicado em Psicologia Experimental, mas cedo foi integrado na Psicologia Social (*Thomas & Alaphilipe, 1983*).

Segundo *Allport (1986)*, “este conceito é provavelmente o mais distinto e indispensável”.

É objetivo deste artigo contribuir para a clarificação do estatuto paradoxal que o construto *atitude* ainda hoje detém em Psicologia.

Em 1918, *Tbomas e Zaniecki* iniciam o estudo psicossocial das atitudes. Porém, a rápida aceitação e divulgação da definição proposta por *Allport*, em 1935, leva a uma utilização do conceito centrada, essencialmente, nos aspectos individuais.

Na década de 80, sobretudo por influência do movimento da Cognição Social, desenvolve-se uma abordagem estrutural e sistémica deste conceito, tendo como referência os contributos do modelo da estrutura tripartida de *Fishbein & Ajzen* e o modelo sociocognitivo proposto por *Pranikanis e Greenwald*. Este modelo considera a *atitude* como uma *representação cognitiva* e como tal contribui para perceber a relação da pessoa com o mundo social. Alargam-se e complexificam-se as possibilidades de análise e operacionalização da relação atitude/comportamento. Novos horizontes se esboçam para a compreensão da dinâmica entre mundo pessoal e mundo social.

- **Definições do conceito de atitudes e suas funções:**

O conceito e as suas funções apresentam dois modelos da investigação mais recente: O modelo da Ação Refletida de *Fishbein e Ajzen*, e o modelo sóciocognitivo de *Prantkanis e Greenwald*.

- a) A estrutura atitudinal a partir do modelo de ação refletida:**

Consiste em classificar a experiência humana nas componentes cognitiva, afetiva e de ação. A partir da apresentação do modelo tripartido de *Rosenberg e Hovland (1960)* procurou-se estudar as atitudes em função dos componentes afetivo, cognitivo e comportamental.

O modelo de *Fishbein & Ajzen*, apresentado em 1975 e reformulado em 1980, distingue os componentes estruturais das atitudes. Para estes autores, a atitude é definida de um ponto de vista unidimensional (contrário ao modelo multidimensional de *Rosenberg e Hovland, 1960*). Esta abordagem teve como contributo a restituição da confiança na utilidade das atitudes como preditores do comportamento. A atitude é concebida como sendo constituída por três componentes que se relacionam entre si: o afetivo, o cognitivo e o comportamental ou conativo. Estes três componentes são tratados com três tipos de orientações distintas em termos de resposta e correspondem às denominações de crença, atitude e intenção, mas este modelo liga os diferentes componentes ao comportamento.

A atitude resulta da soma de crenças ponderadas, constituindo um dos fatores importantes na tomada de decisão.

b) A funcionalidade estrutural da atitude a partir do modelo sociocognitivo:

Através dos estudos sobre cognição social e memória, acentuou-se o interesse sobre o papel dos conhecimentos e das informações anteriores ao contato com o objeto de atitude. Em 1989, surge um modelo que procura integrar os aspectos representacionais e avaliativos das atitudes – o modelo sociocognitivo de *Pratkanis e Greenwald*.

De acordo com este modelo, a atitude é representada na memória por (1) um label de um objeto e das regras para aplicar esse label, (2) um sumário avaliativo desse objeto, (3) uma estrutura de conhecimento que suporta essa avaliação.

A atitude funciona como um esquema, a avaliação do objeto atitudinal é representada na memória por um sumário avaliativo desse objeto que se expressa em termos de “gosto/não gosto”, “concordo/não concordo”, “bom/mau” e desempenha um papel importante na avaliação dos objetos sociais.

As atitudes são usadas para colocar o objeto numa classe favorável ou desfavorável, fornecendo estratégias simples para resolver problemas, organizar a memória de acontecimentos e manter autoestima; funcionam como uma heurística. Quando uma pessoa usa uma atitude como heurística não reflete de forma deliberada sobre o objeto de atitude, pelo contrário, face ao objeto, a atitude ocorre de imediato como consequência de um processo automático.

Para que servem as atitudes?

“as teorias que salientam as funções motivacionais das atitudes, as que evidenciam as funções cognitivas, as que revelam as funções sociais das atitudes e ainda as que destacam a orientação para a acção ou a relação comportamento-atitude”

(Lima, 1993).

A função motivacional das atitudes foi desenvolvida por autores da linha psíquica (*Kats, 1974*), na sua perspetiva as pessoas mantêm ou expressam atitudes devido à motivação psicológica e não devido ao acaso de acontecimentos e circunstâncias exteriores.

Recentemente, *Herek (1986)* sistematizou a funcionalidade das atitudes de um duplo ponto de vista:

- Funções instrumentais ou avaliativas: o indivíduo opta pela atitude que lhe permita um melhor ajustamento social, maximizando as recompensas e minimizando as punições.
- Funções expressivas ou simbólicas: quando as atitudes são utilizadas para transmitir os valores ou a identidade do sujeito permitindo-lhe proteger-se contra conflitos internos ou externos e preservar a sua autoimagem.

Várias investigações têm vindo a demonstrar a importância da função cognitiva das atitudes e das crenças em cada um dos passos do processo de informação, incluindo a atenção, codificação, compreensão, interpretação, elaboração e memória, destacando a sua importância no processo de ensino-aprendizagem.

Em suma, nos últimos anos tentou-se compreender as atitudes em termos de estrutura interna (afetivo, cognitivo e comportamental) e representação cognitiva, contribuindo para uma melhor compreensão da relação atitude-comportamento.

Houve uma renovação da operacionalização do construto *atitude* e na construção de escalas de atitudes.

Hoje em dia, a atitude é um ponto de vista que integra um mundo pessoal e social sem sobrevalorizar nenhum dos dois, trazendo assim, mais confiança ao conceito de atitude.

2. OBJETO ATITUDINAL

Um estudo feito pelo Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade e pela Organização Internacional do Trabalho, revelam que existem ainda, alguns milhares de situações de exploração de trabalho infantil no nosso país.

Este combate à exploração do trabalho infantil voltou a ser assunto nacional.

Existem alguns fenómenos sociais que interagem com o trabalho e contribuem para a sua persistência. O abandono escolar precoce é, sem dúvida, um dos mais graves, pois em geral precede uma integração social pessoalmente injusta e inferiorizante.

Este estudo incide sobre a realidade preocupante da saída prematura e desqualificada da escola, aponta-se uma explicação sociológica de quatro realidades que se interrelacionam dentro de um quadro social indutor de exclusão social, referente ao trabalho infantil:

A procura de mão-de-obra barata e indiferenciada, por parte de um conjunto de empregadores; a existência de famílias muito pobres e com baixos níveis de escolarização, que lançam mãos ao trabalho dos filhos para equilibrar o orçamento familiar; o abandono escolar muito prematuro, fruto de uma incompatibilidade entre o contexto escolar e as crianças desses meios, que mutuamente se rejeitam; e por fim, as expectativas das próprias crianças e adolescentes, que preferem uma afirmação e integração pessoais pela via do trabalho.

O estatuto da criança e do Adolescente – ECA consigna que a criança é a pessoa com faixa etária entre os 0 e 12 anos incompletos; adolescentes aqueles com idade compreendida entre os 12

e os 18 anos. As crianças deviam estudar e brincar pois só o estudo lhes permitirá um futuro melhor, a brincadeira é um fator essencial no desenvolvimento psicossocial da criança.

As maiores incidências de exploração são visíveis na Ásia (61%) e na África (30%), na América Latina, o índice chega a (20%). No Brasil, segundo estimativas da Unicef, há 9,3 milhões de crianças e adolescentes a ser explorados e expostos a uma mutilação física e psicológica.

Porém, é terrível saber que um terço das crianças começa a trabalhar antes de completar 10 anos de idade. A própria sociedade promove uma estranha e enigmática tolerância ao trabalho infantil.

Como se não bastasse, há uma variante do trabalho infantil que nos envergonha, a prostituição infantil. Trata-se da exposição do corpo da criança a adultos, para que estes satisfaçam as suas mais perversas fantasias sexuais. A eliminação da exploração do trabalho infantil é uma causa nacional, que diz respeito a todos os atores sociais, pois dela dependem o bem-estar de muitos portugueses e do resto do mundo.

A gravidade dos números e dos fatos aqui evidenciados requerem de autarcas, empresários, párocos, professores e diretores de escolas, de centros de emprego e de formação profissional, associações de pais e organismos de desenvolvimento local, a continuidade e o reforço de uma ação concertada e eficaz de prevenção do trabalho infantil precoce e desumano.

3. OBJETIVOS DO TRABALHO

Foi elaborado um questionário com vista a medir as Opiniões/Atitudes face ao Trabalho Infantil. O questionário de “administração direta” pressupõe que seja o próprio inquirido a preenchê-lo. O questionário é entregue em mão e cabe ao inquiridor, fornecer todas as informações necessárias ao seu preenchimento correto.

O presente trabalho tem como objetivos a análise das atitudes face ao Trabalho Infantil, com vista a apreender melhor as informações relativas aos sujeitos que irão compor a amostra e fornecendo a possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados e como tal, proceder a numerosas análises de correlação, assim como a uma caracterização sociodemográfica dos sujeitos. Em termos de métodos complementares, fazer a análise estatística dos dados recolhidos através dos questionários e proceder ao tratamento quantitativo, que irá permitir a comparação de respostas às diferentes categorias e a análise correlacional entre variáveis.

4. HIPÓTESES

Analisar as Atitudes face ao Trabalho Infantil em 2 grupos distintos. Por um lado estudantes do Ensino Superior, por outro, indivíduos que não estudam e que não se encontram ligados a nenhum nível de ensino.

Cumulativamente pretendemos analisar as atitudes face ao trabalho infantil, em função de um conjunto de variáveis de caracterização sociodemográfica.

Como segundo objetivo pretendemos analisar as atitudes face ao trabalho infantil, em função do respondente ter presenciado ou não de alguma situação de trabalho infantil.

HIPÓTESES:

1. Os sujeitos do sexo feminino tem uma atitude mais favorável face ao Trabalho Infantil, do que os do sexo masculino.
2. Não existe diferença significativa, face ao Trabalho Infantil, em função do Grupo Etário.
3. Não existem diferenças significativas, face ao Trabalho Infantil, em função das habilitações Literárias.
4. Os sujeitos que já presenciaram situações de Trabalho Infantil, têm uma atitude mais favorável do que os indivíduos, que não presenciaram.

5. VARIÁVEIS

5.1– Variáveis Independentes

No questionário, as variáveis independentes caracterizam-se pelo sexo feminino e pelo sexo masculino.

No que diz respeito ao Grupo Etário, encontram-se várias categorias, dispostas da seguinte forma: idade inferior a 25 anos; de 26 a 35 anos; de 36 a 45 anos e por último superior a 46 anos.

Em relação às Habilitações Literárias, estão incluídas a Escolaridade Obrigatória (até ao 9.º ano ou equivalente); o Ensino Secundário (entre o 10.º e 12.º ano); Estudantes do Ensino Superior e por último Bacharelato ou Licenciatura.

Numa outra questão, temos o seguinte item: “já presenciou alguma situação de Trabalho Infantil”? de resposta afirmativa ou negativa.

Na última questão temos um item relacionado com a Atividade Profissional.

5.2– Variáveis Dependentes

Nas variáveis dependentes os itens relacionados com o Trabalho Infantil têm as seguintes opções de resposta: Concordo Totalmente; Concordo; Não Concordo nem Discordo; Discordo e Discordo Totalmente, perfazendo o total de 22 afirmações, sendo que as variáveis 1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19 e 21 correspondem às atitudes Favoráveis ao Trabalho Infantil e as variáveis 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20 e 22 dizem respeito às atitudes Desfavoráveis ao Trabalho Infantil.

6. METODOLOGIAS

6.1 – Caracterização dos sujeitos

Até finais de Dezembro foram aplicados 100 questionários nas zonas de Pragal, Paivas, Seixal, Amora e Cruz-de-Pau. Aquando da sua aplicação não foram pré-estabelecidos critérios sociodemográficos, etários ou escolares.

Com vista a uma melhor caracterização dos sujeitos foi-lhes pedido o preenchimento de alguns dados de carácter pessoal, mas que em nada os iriam identificar, tais como: o sexo; o grupo etário a que pertencem; as habilitações literárias; se já presenciaram alguma situação de trabalho infantil e por último, a sua atividade profissional.

A partir da caracterização sociodemográfica dos sujeitos inquiridos, podemos inferir alguns dados:

Relativamente ao género foi possível constatar que 62% dos sujeitos são do sexo feminino e 38% são do sexo masculino.

Relativamente à faixa etária, os indivíduos com idade inferior a 25 anos representam a maioria da amostra (54%), seguem-se aqueles com idade compreendida entre os 26 e os 35 anos (28%). Os sujeitos com idade compreendida entre 36 e 45 anos compõem 9% da amostra e por último os indivíduos com idade superior a 46 anos representam 9% da amostra.

Ao analisarmos o nível de escolaridade apurámos que os indivíduos com escolaridade básica (até ao 9.º ano ou equivalente compõem 27% da amostra, os do ensino secundário (entre o 10.º e

12.º ano) 48%. Os estudantes do Ensino Superior representam 13% da amostra, e os sujeitos com Bacharelato ou Licenciatura representam 12% da amostra.

Analisando a variável “ já presenciou alguma situação de trabalho infantil?” de resposta afirmativa ou negativa, verificamos que 54% dos sujeitos já haviam presenciado pelo menos uma situação de trabalho infantil, os restantes 46% responderam que nunca tinham presenciado uma situação de trabalho infantil.

No que diz respeito ao item relativo à atividade profissional, visto não haver opções de resposta não foi necessário a sua operacionalização.

6.2 – Instrumentos

A nossa amostra consistiu na aplicação de 100 questionários sem critérios etários ou literários pré-definidos, estes foram aplicados nas zonas de Pragal, Amora, Seixal e Cruz-de-Pau.

Os objetivos do questionário, passam pelo conhecimento mais detalhado da amostra escolhida: a situação profissional, a idade, o modo de vida e as atitudes ou opiniões dos sujeitos inquiridos. De uma forma geral, o questionário é utilizado quando é necessário recolher um grande número de dados e se põe o problema da representatividade.

O trabalho teve como base de interpretação de dados, o seguinte pressuposto:

Quanto maior a pontuação maior a favorabilidade atitudinal face ao trabalho infantil.

A recolha de opiniões foi possível através da elaboração de um questionário anónimo e confidencial, com um total de 27 itens referentes ao Trabalho Infantil, dos quais 23 eram de resposta fechada e os restantes 4 de caracterização sociodemográfica, para tal recorremos a uma escala de Likert, que consiste numa escala ordinal de avaliação de atitudes e ordenada segundo um critério de intensidade.

6.3 – Procedimento

Para procedermos à sua execução, entregámos o questionário aos sujeitos que iriam constituir a amostra, de forma direta, ou seja, de mão em mão e solicitámos o seu preenchimento.

Os sujeitos foram voluntários e reagiram de forma favorável, à exceção de três sujeitos que recusaram preenchê-lo por falta de tempo.

Alguns sujeitos fizeram referência à extensão do questionário, outros acharam graça a algumas afirmações.

Houve sujeitos que acharam a temática pertinente e de grande interesse, chegando mesmo a discuti-la connosco e emitindo opiniões, um único sujeito demonstrou verbalmente que não era, de todo, desfavorável ao trabalho infantil precoce, apresentando como justificação a sua própria experiência pessoal.

7. RESULTADOS

7.1 – Estudo Psicométrico da escala de atitudes

Fidelidade

A Fidelidade do instrumento está ligada ao processo de codificação e por consequência, ao codificador e ao instrumento de codificação de que ele dispõe.

Os testes de fidelidade assentam sobre dois pólos: a Fidelidade do codificador e a fidelidade das categorias de análise.

A Fidelidade do codificador deve ser procurada nos planos inter-codificador e intra-codificador. Qualquer que seja o caso (inter ou intra) a taxa de fidelidade só pode ser elevada se o codificador integrou bem as normas do investigador.

Por consequência, para assegurar a fidelidade, o problema será menos o da formação do codificador que o da preocupação com as categorias de análise e unidades de registo, se estas forem perfeitamente não ambíguas, tudo o resto se limita à aquisição de um “saber fazer”.

Quanto à fidelidade, pode-se verificar que o Alpha assume o valor de 0,27, o que significa que tem uma baixa consistência interna.

No que diz respeito às correlações, estas variam entre (-1; 1), logo, quanto maior a proximidade ao valor 1, maior a correlação.

Por exemplo, no item “O trabalho infantil deve ser sempre punido por lei”, há uma baixa correlação com as atitudes face ao trabalho infantil.

Validade

A validade consiste em tentar agrupar as variáveis da escala.

A partir do quadro podemos observar que o teste KMO obteve um valor de 0.769, o que indica que a análise de componentes principais pode ser feita. O valor assumido pelo KMO, indica que a análise fatorial realizada é média.

O teste de esfericidade de Bartlett pode ser usado para testar a hipótese da matriz das correlações, ser a matriz identidade com determinante igual a 1.

O teste de esfericidade de Bartlett é igual a (739,937; P= 0,000), isto significa que os itens da escala estão correlacionados entre si. No quadro número 5, para a análise fatorial dos componentes com valor próprio igual a 1, utilizou-se como critério de extração:

São extraídos os componentes com valor próprio superior a 1, assim, são extraídos 7 componentes. Existem portanto, 7 dimensões do trabalho infantil.

De acordo com o critério de valor próprio superior a 1, pelo Scree Plot pode-se verificar que as primeiras 3 componentes são as que melhor explicam a variância, ou seja, as 3 componentes explicam 43,48% da variância total.

A rotação é aplicada para transformar os coeficientes das componentes principais retidas numa estrutura simplificada.

O objetivo é dividir o conjunto inicial de variáveis em subconjuntos com o maior grau de independência possível.

Com a componente não rodada, as variáveis não têm uma interpretação muito clara, mas com a componente rodada aplicando um método Varimax, observa-se que para cada componente principal existem alguns pesos significativos e todos os outros estão próximos do 0 (zero).

A partir do quadro 7 é possível verificar que para a componente 1, as variáveis com mais peso são as seguintes: “o lugar da criança não é na rua nem no trabalho porque ambas impedem o seu direito a ser criança”; “o trabalho infantil deve ser sempre punido por lei”; “é ilegítimo que uma criança com menos de 14 anos de idade entre para o mercado de trabalho”; “o trabalho infantil não é só efeito, mas também causa da pobreza na medida em que ajuda a perpetuá-la”; “o trabalho infantil ocorre muitas vezes, em regime de escravidão”; “o trabalho infantil evita o envelhecimento precoce”; “o trabalho infantil incita ao analfabetismo”; “as empresas que empregam crianças devem ser severamente punidas”; “o trabalho infantil provoca traumas nas crianças”; “a principal causa de morte nas crianças deve-se ao trabalho infantil”; “o trabalho infantil precoce está associado ao abandono escolar”; “as empresas que recorrem ao trabalho infantil têm mais vantagens salariais, porque a mão-de-obra infantil é mal remunerada comparativamente à dos adultos”.

Na componente 1, após a enunciação das variáveis que a compõem foi possível verificar que grande parte delas se refere a aspetos laborais do trabalho infantil.

Na componente 2, é possível verificar as seguintes variáveis com mais peso: “o trabalho infantil só deve ser inviabilizado quando compromete o sucesso escolar”; “justifica-se que uma criança seja o suporte financeiro de uma família com poucos recursos financeiros”; “o trabalho infantil em regime familiar é tolerável”; “uma criança com 14 anos de idade tem capacidade física e psicológica para trabalhar”; “uma criança que evidencia inaptidões e incapacidades escolares deve inserir-se no mercado de trabalho”; “Portugal é um dos países da Europa onde há mais exploração do trabalho infantil”.

Nesta componente é possível verificar que as variáveis dizem respeito essencialmente a fatores escolares e familiares ligados ao trabalho infantil.

Na terceira componente é possível constatar que as variáveis com mais peso são: “o trabalho infantil torna as crianças mais maduras e responsáveis”; “o trabalho infantil torna as crianças economicamente independentes demasiado cedo”; “uma boa forma de eliminar o trabalho infantil é dar um bom salário aos pais”; “é preferível uma criança trabalhar para ganhar dinheiro do que andar na prostituição”.

Através do método de rotação de varimax foi possível verificar que na componente 3, as variáveis dizem respeito a aspetos económicos do trabalho infantil.

Sensibilidade

O frequencies statistics, sumariza as variáveis numéricas contínuas, inclui medidas de tendência central como a média e a mediana.

O Standard deviation dá-nos os valores do desvio padrão existente.

O Skewness e Kurtosis, são medidas de distribuição indicam quanto é que uma distribuição varia em relação à distribuição normal.

A frequência indica o n.º de vezes que um determinado valor ocorre, isto é, o valor com maior frequência.

A partir dos outputs, podemos verificar que a média ($x = 2,703$) e a mediana (2,682) têm valores muito próximos.

O Skewness serve para ver a assimetria existente, se dividirmos o valor de Skewness pelo valor do Standard Error, obtemos o valor de 2,04, o que significa que a distribuição é assimétrica.

É de referenciar que uma distribuição é assimétrica quando varia entre os seguintes valores (-2 ; 2)

O ATT é o resultado médio do sujeito, no questionário.

A média ($X= 2,703$), o que significa que os sujeitos inquiridos não concordam nem discordam em relação às atitudes face ao Trabalho Infantil.

O quadro número 2 fornece os valores que a variável ATT assume.

Por exemplo, pode-se verificar, a partir de uma leitura horizontal, que 2 pessoas, ao assumirem o valor de 2,2 significaram que ambas discordam do trabalho infantil, correspondendo assim a 2% da amostra.

7.2 – Verificação das hipóteses ou Estudos Diferenciais

Testes Paramétricos: ANOVA

ANOVA é a abreviatura de análise de variância (Analysis of variance).

ANOVA diferencia-se dos Testes T, porque estes só podem ser utilizados para testar diferenças entre duas situações para uma variável, enquanto que ANOVA pode ser utilizada para testar diferenças entre diversas situações e para duas ou mais variáveis.

A decisão sobre se a hipótese nula deve ser rejeitada ou aceite é tomada com base numa comparação entre os valores estimados da variabilidade entre grupos e dentro dos grupos.

Se a variabilidade entre grupos for suficientemente grande face à variabilidade dentro dos grupos, pode rejeitar-se a hipótese nula.

No quadro 11, para explicar a Hipótese 2, recorreu-se à análise de variância, esta permite verificar se existem diferenças de médias estatisticamente significativas.

Através das estatísticas descritivas, é possível verificar que os sujeitos com idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos de idade, são os que têm uma atitude mais favorável face ao Trabalho Infantil ($X= 2,778$).

A estes seguem-se os indivíduos com idades compreendidas entre os 26 e os 35 anos ($X= 2,739$).

Os sujeitos com idade inferior a 25 anos, enunciam-se como aqueles que têm uma atitude menos favorável face ao trabalho infantil.

No quadro número 12, utilizando o método atrás referido, é possível verificar que não existem diferenças estatisticamente significativas entre as médias dos diferentes grupos etários, no que diz respeito às suas atitudes face ao trabalho infantil ($F= 1,256$; $p= 0,294$).

Isto permite confirmar a hipótese número 2.

No quadro número 13, considerando as estatísticas descritivas, verifica-se que os sujeitos com Bacharelato ou Licenciatura são os mais favoráveis ao trabalho infantil ($X= 2,848$), quando comparados aos restantes grupos.

Seguem-se os que possuem a Escolaridade Básica ($X= 2,677$).

Por último, os sujeitos que frequentam o Ensino Superior, apresentam as atitudes menos favoráveis face ao trabalho infantil ($X= 2,636$).

É importante perceber que todos os grupos descritos apresentam valores entre o “Não concordo, nem discordo” e o “Discordo”.

Testes Paramétricos: T – Teste:

Compara as médias de uma variável para dois grupos de casos independentes, ou seja grupos entre os quais, não há relação no que toca a pessoas ou objetos.

Os resultados são apresentados considerando duas hipóteses: a primeira assume que as variâncias nas duas populações são iguais; a segunda assume que são diferentes.

A partir da análise dos quadros, na variável sociodemográfica Sexo, é possível verificar que a média nas mulheres é de ($X= 2,707$) e nos homens é de ($X= 2,696$), confirmando então a Hipótese número 1 ($t= -0,221$; $p= 0,825$). No quadro número 9, apesar da média das mulheres ser ligeiramente superior à média dos homens, através do nível de significância, verificamos que não existem diferenças significativas em relação ao género dos inquiridos.

Era esperado que as mulheres tivessem uma atitude mais favorável face ao trabalho infantil, do que os sujeitos do sexo masculino, mas tal não se verificou.

No quadro 15, em relação à Hipótese 4, contrariamente ao que era esperado, não existem diferenças significativas na atitude dos sujeitos face ao trabalho infantil, em função de terem presenciado ou não essa situação.

Isto verifica-se quer através da estatística descritiva, sendo os valores médios iguais a ($X= 2,70$), quer através do Teste T, como era de esperar, que comprova a inexistência de diferenças significativas ($t= 0,046$; $p= 0,964$).

8. INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÃO

A carta da Unicef elucida que a preferência dos empregadores pela mão-de-obra infantil ocorre porque esta é “mais hábil, mais dócil, mais explorável e menos custosa”. Porém, não se pode fechar os olhos a esta realidade do trabalho infantil, muitas vezes em regime de escravidão. *Albert Einstein*, imortal cientista, propugnava que “a palavra progresso não terá qualquer sentido enquanto houver crianças infelizes”.

O trabalho infantil é um fenómeno de causas múltiplas, tanto intrínsecas como extrínsecas à sociedade.

Nos países Ocidentais, é principalmente a partir dos anos sessenta (e em Portugal sobretudo nas duas últimas décadas) que, por razões económicas e culturais, se começa a exigir às escolas, formas de alcançar o sucesso escolar de todos os alunos. Se até ali o insucesso escolar era atribuído, quase exclusivamente, a causas individuais como o desinteresse e a falta de capacidades, a partir dessa altura e na sequência de diversos estudos e de grandes inquéritos, de que se salienta o Relatório *Coleman (1965)*, nos EUA, “a explicação para o insucesso e o abandono escolar, passou a radicar no problema das desigualdades sociais e mais tarde, na própria instituição escolar, incapaz de motivar todos os alunos e por conseguinte, conduzi-los ao sucesso escolar.”

A origem social e as condições económicas dos sujeitos em estudo, têm sido apontados como causa do insucesso escolar e precoce inserção no mercado de trabalho.

Aos sujeitos oriundos das camadas sociais mais desfavorecidas, colocam-se alguns problemas específicos, um dos quais se prende com a discrepância entre a linguagem que são obrigados a utilizar na escola e aquela que normalmente estão habituadas a utilizar no meio familiar, o que aumenta as suas dificuldades de compreensão e pode conduzir ao desinteresse pela escola.

A demissão dos pais da vida escolar e familiar dos filhos é uma das causas mais referidas, as inúmeras solicitações da vida quotidiana não lhes deixam o tempo necessário para dedicarem atenção ao processo educativo dos filhos. Este problema é tanto mais grave quanto ocorre em fases de pré-adolescência e adolescência, caracterizadas por uma maior instabilidade emocional da criança.

Na nossa perspetiva pessoal, o combate ao trabalho infantil é uma tarefa que exige esforço e persistência.

De nada serve atuar pela negativa, atirando a responsabilidade dos fracassos para os sujeitos e a sua família.

Em muitos casos a família não tem tempo nem a formação adequada para acompanhar o percurso escolar e educativo dos seus educandos.

É, pois, necessário procurar conhecer as causas que estão na origem desse insucesso e criar as condições que estimulem o desejo natural de alcançar o sucesso, não só por parte dos sujeitos lesados como também da parte de todos os intervenientes, cujos diferentes papéis devem concorrer para esse mesmo fim.

Para combater eficazmente a exploração do trabalho infantil, não nos podemos limitar a uma ação unicamente direcionada a pôr fim a esta situação, há que procurar respostas mais globais. A área da ação social não consegue ainda ultrapassar estas dificuldades, não têm instrumentos de combate eficazes nem respostas preventivas de situações geradoras de trabalho infantil.

A eliminação deste flagelo mundial passa sobretudo, pela eliminação das causas que originam a exploração infantil, para tal há que criar condições de sobrevivência e desenvolvimento das famílias, ao nível económico, interpessoal e das competências parentais.

Este trabalho contribuiu para uma maior sensibilização em relação ao Trabalho Infantil, permitiu-nos conhecer esta realidade e perceber que as condições de desenvolvimento em Portugal e no resto do mundo, são ainda muito deficitárias, estas más condições económicas e sociais de muitas famílias levam a um abandono escolar precoce.

Estas condições de desenvolvimento precárias são mais evidentes no Interior do país, em que a distância das escolas, principalmente as escolas secundárias, levam à desistência de muitos alunos e a uma opção pelo trabalho, ainda em idades muito jovens.

Permitiu-nos ainda ter uma ideia geral, a partir da nossa amostra, das atitudes e opiniões dos sujeitos face a este problema tão sensível e atual.

Através do estudo Psicométrico da escala de atitudes, foi-nos possível fazer algumas ilações.

A fidelidade permite saber se a investigação pode ser repetida com resultados idênticos. Por exemplo, um questionário sobre atitudes, é considerado fiável se produzir os mesmos resultados, com os mesmos sujeitos, em alturas diferentes.

Após análise dos dados foi possível verificar que se obteve um Alpha de 0.27, o que significa que tem uma baixa consistência interna.

A validade de um teste ou medida, relaciona-se com o fato de medir aquilo que se pretende medir. Um teste ou medida pode ter grande consistência interna, mas não tem validade se não medir aquilo que se pretende.

A partir da análise dos quadros, verificou-se que o teste de KMO obteve o seguinte valor (0.769), indicando que a análise dos componentes principais pode ser feita e que a análise fatorial tem um valor médio. O teste de esfericidade de Bartlett (739,937; $p=0,000$) indica que os itens da escala, estão correlacionados entre si. Foi possível extrair 3 componentes principais, estes explicam 43,48% da variância.

O cálculo da sensibilidade permitiu verificar que a média ($x=2,703$) e a mediana (2,682) têm valores muito próximos.

O skewness (2,04) indica que a distribuição é assimétrica.

Os estudos Diferenciais permitem a confirmação ou rejeição das Hipóteses estabelecidas.

O teste ANOVA pode ser utilizado para testar diferenças entre várias situações e para duas ou mais variáveis.

A Hipótese 2 diz que não existem diferenças significativas face ao Trabalho Infantil, em função do grupo etário.

Após análise dos quadros, foi possível verificar que os sujeitos com idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos, quando comparados às restantes categorias, apresentam maior favorabilidade face ao trabalho infantil, contrariamente aos sujeitos com idade inferior aos 25 anos, que apresentam uma atitude menos favorável face ao trabalho infantil. Embora haja pequenas diferenças nas atitudes, estas não são significativas ($F=1,256$; $p=0,294$), visto todas as categorias terem uma atitude pouco favorável face ao Trabalho Infantil, o que vem a confirmar a Hipótese 2.

Analisadas as estatísticas descritivas, verificou-se que os indivíduos com Bacharelato ou Licenciatura ($x=2,848$) são os mais favoráveis ao Trabalho Infantil, e os que frequentam o Ensino Superior ($x=2,636$), apresentam as atitudes menos favoráveis face ao Trabalho Infantil. Estes dados permitem a confirmação da Hipótese 3, esta diz que não existem diferenças significativas face ao Trabalho Infantil, em função das Habilitações Literárias.

O Teste T, através das estatísticas descritivas, permite confirmar a Hipótese 1, em que os sujeitos do sexo feminino têm uma atitude mais favorável face ao Trabalho Infantil, do que os do sexo masculino. Se verificarmos a média das mulheres ($x=2,707$) e a dos homens ($x=2,696$), torna-se possível constatar que, embora as médias estejam muito próximas, a média das mulheres é ligeiramente mais alta do que a dos homens, pela análise do nível de significância, obtemos uma leitura completamente diferente, isto é, concluímos que afinal não existem diferenças significativas face ao Trabalho Infantil, em função do género, logo, rejeita-se a Hipótese 1.

A Hipótese 4 pressupõe que os sujeitos que já presenciaram situações de Trabalho Infantil, têm uma atitude mais favorável do que os indivíduos que não presenciaram.

Esta Hipótese não se confirma, a estatística descritiva comprova esta afirmação, pela análise dos dados, verifica-se que os valores médios são iguais ($x=2,70$) e o Teste T assume os seguintes valores ($t=0,046$; $p=0,964$).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, N., (2002) *Apontamentos da disciplina de Metodologias e Técnicas em Psicologia II*.

AZEVEDO, J., (1999) *Inserção precoce de jovens no mercado de trabalho* Edição PETTI-Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil.

INSTITUTO PIAGET., (1998) *Lutar Contra a Pobreza e a Exclusão na Europa* (Guia de Acção e Descrição das Políticas Sociais).

LEITÃO, M., (1999) (Coordenadora do Grupo de Trabalho), *Guia de Legislação e Recursos sobre Trabalho Infantil*.

PEREIRA, A., (1992) *SPSS Guia Prático de Utilização, (Análise de dados para ciências sociais e Psicologia)* Edições Silabo.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L., (1992) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva-Publicações, Lda.

ANEXO



Vimos por este meio solicitar a sua colaboração no preenchimento deste questionário, bastando para o efeito assinalar a sua opção de resposta a cada uma das questões abaixo indicadas. Não há respostas verdadeiras ou falsas, boas ou más respostas.

Obrigado pela sua colaboração.

.....
1- O trabalho infantil torna as crianças mais maduras e responsáveis.

Concordo Totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
---------------------	----------	---------------------------	----------	---------------------

2- O trabalho infantil torna as crianças economicamente independentes muito cedo.

Concordo Totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
---------------------	----------	---------------------------	----------	---------------------

3- O trabalho infantil só deve ser inviabilizado quando compromete o sucesso escolar.

Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
---------------------	----------	---------------------------	----------	---------------------

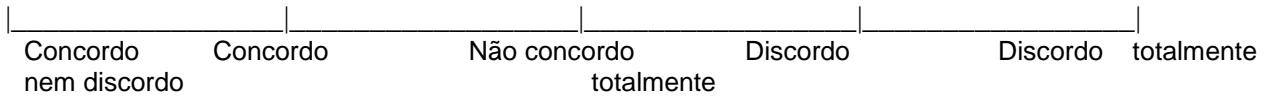
4- Justifica-se que uma criança seja o suporte financeiro de uma família com poucos recursos financeiros.

Concordo Totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
---------------------	----------	---------------------------	----------	---------------------

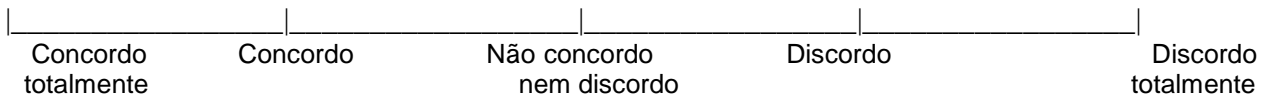
5- O trabalho infantil em regime familiar é tolerável.

Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
---------------------	----------	---------------------------	----------	---------------------

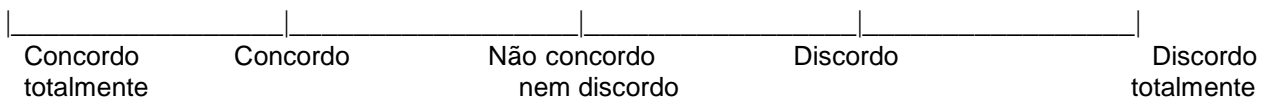
6- Uma boa forma de eliminar o trabalho infantil é dar um bom salário aos pais.



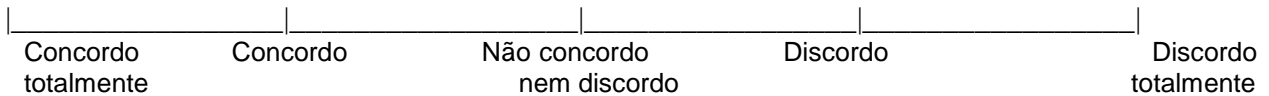
7- O lugar da criança não é na rua nem no trabalho, porque ambas impedem o seu direito a ser criança.



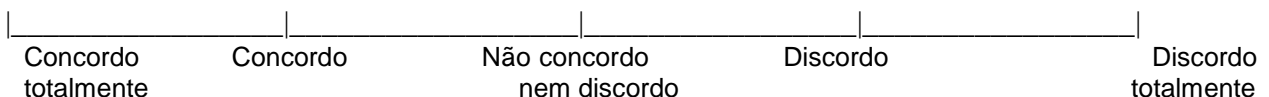
8- O lugar da criança é na escola.



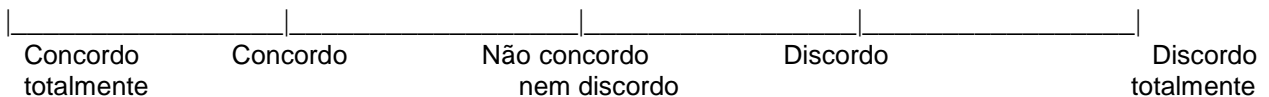
9- O trabalho infantil previne a criminalidade.



10- É preferível uma criança trabalhar para ganhar dinheiro do que andar na prostituição.



11- O trabalho infantil deve ser sempre punido por lei.



12- É ilegítimo que uma criança com menos de 14 anos de idade entre para o mercado de trabalho.



Concordo totalmente Concordo Não concordo nem discordo Discordo Discordo totalmente

13- O trabalho infantil provoca traumas nas crianças.

Concordo totalmente Concordo Não concordo nem discordo Discordo Discordo totalmente

14- A sociedade tolera o trabalho infantil porque não está a par dos seus malefícios.

Concordo totalmente Concordo Não concordo nem discordo Discordo Discordo totalmente

15- O trabalho infantil não é só efeito, mas também, causa da pobreza, na medida em que ajuda a perpetuá-la.

Concordo totalmente Concordo Não concordo nem discordo Discordo Discordo totalmente

16- O trabalho infantil provoca o envelhecimento precoce.

Concordo totalmente Concordo Não concordo nem discordo Discordo Discordo totalmente

17- O trabalho infantil ocorre, muitas vezes, em regime de escravidão.

Concordo totalmente Concordo Não concordo nem discordo Discordo Discordo totalmente

18- Uma criança com menos de 14 anos de idade não tem capacidade física nem psicológica para trabalhar.

Concordo totalmente Concordo Não concordo nem discordo Discordo Discordo totalmente

19- A maior parte do trabalho infantil ocorre nas ocupações típicas da agricultura e da construção civil.

Concordo totalmente Concordo Não concordo nem discordo Discordo Discordo totalmente

20- O trabalho infantil incita ao analfabetismo.

Concordo totalmente Concordo Não concordo nem discordo Discordo Discordo totalmente

21- As empresas que empregam crianças devem ser severamente punidas.

Concordo totalmente Concordo Não concordo nem discordo Discordo Discordo totalmente

22- A principal causa de morte das crianças deve-se ao trabalho infantil.

Concordo totalmente Concordo Não concordo nem discordo Discordo Discordo totalmente

As questões que se seguem destinam-se apenas ao tratamento estatístico dos questionários e, em nada o identificará.

23 –Sexo:

Masculino

Feminino

24 – Grupo etário:

Inferior a 25 anos

De 26 a 35 anos

De 36 a 45 anos

Superior a 46 anos....

25 – Habilitações Literárias:

Escolaridade Básica (9º ano ou equivalente)

Ensino Secundário (entre o 10º e 12º ano)

Estudantes Ensino Superior

Bacharelato ou Licenciatura..........

26 – Já presenciou alguma situação de Trabalho Infantil?

Sim

Não

27 – Actividade Profissional: _____